

EXISTIRÁ UMA CULTURA ESPECIFICAMENTE URBANA? – NOTAS EM TORNO DE UMA INDAGAÇÃO

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS¹

RESUMO

Este artigo busca organizar uma visão panorâmica das perspectivas que têm considerado as relações entre Cidade e Cultura. São discutidos aspectos diversos, inclusive a possibilidade de que se possa falar em uma caracterologia generalizável para o homem citadino como portador de uma cultura específica.

Palavras-chave: Cultura urbana, imaginação cidadina; comportamento urbano.

ABSTRACT

DOES IT EXIST A SPECIFICALLY URBAN CULTURE? – CONSIDERATIONS AROUND A QUESTION

This article attempts to organize a panoramic view of the various perspectives that have been considered the relations between City and Culture. They are discussed various aspects, including the possibilities of speak in terms of a general characteriology of the urban man as a owner of a specifical culture.

Key Words: Urban culture, citizen imagination; historical writing, urban compoment.

PERGUNTAS EM TORNO DA ESPECIFICIDADE URBANA

As cidades – das mais simples às maiores e mais diversificadas na sua constituição interna – constituem um universo necessariamente complexo, quando as comparamos com outras formas de organização social como as comunidades rurais e aldeias. As cidades, nunca é demais lembrar, estabelecem um entremeado de relações políticas, sociais, culturais, espaciais, imaginárias, as quais os estudiosos do fenômeno urbano precisam decifrar a cada instante. As relações entre Cidade e Cultura, por exemplo, têm obrigado os estudiosos de urbanismo a manterem em pauta permanente uma série de indagações. Possuirá a Cidade uma cultura específica²? Será possível estabelecer uma caracterologia generalizável para o homem urbano, que o distinga por exemplo do homem do campo³? Haverá, entre as várias cidades do mundo e de diversas naturezas pontos em comum no que se refere à esfera cultural – algo que permita associar por exemplo o modo de vida do citadino francês ao modo de vida do cidadão

¹ Professor-Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
E-mail: Jose.d.assun@globomail.com

²“Cultura” deverá ser entendida aqui como um conjunto de comportamentos e atitudes, ou como o conjunto de aspectos geradores de um modo de vida específico. Tais são as noções sugeridas por Wirth em “A Cidade como modo de Vida”, por Simmel nas suas obras sobre a caracteriologia do homem urbano, e por Roncayolo em seu artigo sobre “A Cidade” (RONCAYOLO, 1986, p.422).

³PARK parece ter em vista esta ordem de reflexões quando afirma que “a cidade é o lugar natural do homem civilizado” (PARK, BURGESS e McKENZIE, 1925. p.6).

brasileiro? Ou, contrariamente – e para além desta caracterologia mais ampla que abrangeria todos os cidadãos de uma determinada cidade, ou todos os cidadãos de todas as cidades do mundo – que nuances culturais diferenciadas poderá o estudioso encontrar entre os distintos grupos sociais que habitam a cidade? Por fim, e esta questão se afigura como fundamental, como a cultura urbana se modifica no tempo? Estas questões têm ocupado os estudiosos dos fenômenos urbanos há mais de um século, abrindo-se a múltiplas respostas.

Antes de qualquer coisa, será oportuno lembrar que a cidade é freqüentemente considerada como ‘lugar da cultura’, ou pelo menos como um ‘lugar de cultura’, aqui remetendo ao aspecto da ‘produção cultural’ que encontra nos meios urbanos múltiplos meios de concretização e circulação. Ainda que a noção de cultura tenha partido, rigorosamente, das práticas agrícolas, daí se espalhando para alcançar novos sentidos, a complexa sociabilidade urbana conduz a uma assimilação da noção de cultura a um vasto universo de práticas e representações que encontram nas cidades um lugar privilegiado. Por outro lado, na esteira da diferenciação entre “civilização” e “cultura”, muitos autores têm considerado oportuno relacionar a cidade não propriamente como o ‘lugar da cultura’, e sim como o ‘lugar da civilização’. Esta questão inicial, freqüentemente polêmica, conserva-se como interessante espaço de debates, e neste sentido será um interessante ponto de partida para a presente reflexão sobre relações entre Cidade e Cultura.

A associação entre cidade e civilização remonta aos próprios primórdios do desenvolvimento urbano. Cidade e ‘cultura escrita’ nasceram juntos como componentes formadores daquilo que tradicionalmente se convencionou chamar de “civilização”. O próprio nível de abstração que abre a possibilidade de se empilhar tijolos gerando formas geométricas seria, grosso modo, o mesmo exigido para a prática de agrupar letras formando palavras para representar sons e idéias, o que permite que se analise a própria cidade como ‘escrita’. Mas, sobretudo, a interação entre ‘cidade’ e ‘cultura escrita’ deve ser compreendida nos seus próprios desenvolvimentos históricos iniciais, que, aliás, se confundem com os próprios primórdios do período histórico da humanidade. A “História”, no sentido clássico, pressupõe a necessidade de um registro, e é por isto que a invenção da ‘escrita’ é habitualmente percebida na fronteira entre Pré-História” e “História” – ainda que esta dicotomia tenda cada vez mais a ser questionada na medida em que os historiadores, geneticistas e arqueólogos têm conseguido construir uma história dos povos pré-históricos a partir de um trabalho que incorpora diversificadas fontes não-escritas e metodologias inovadoras. A história do genoma humano, por exemplo, tem permitido a biólogos e historiadores realizarem um levantamento relativamente seguro de informações concernentes a uma história das migrações das populações antigas, das transformações corporais, da miscigenação ou do isolamento humano, da relação entre o homem e a natureza. De igual

maneira, a associação entre técnicas arqueológicas e reflexão historiográfica têm permitido estender para muito além dos clássicos limites entre história e pré-história, uma história da cultura material, dos modos de viver que precedem as civilizações urbanas, e assim por diante.

Isto posto, podemos considerar a tradicional assertiva de que a necessidade de uma nova forma de organização que atendessem às premências sociais de um vasto e denso aglomerado de seres humanos teria gerado simultaneamente as instituições, os mecanismos citadinos de controle – entre os quais a “escrita”, este instrumento imprescindível para o registro das múltiplas operações e atividades que teriam lugar no recinto urbano – e ao lado disto uma multiplicidade funcional que arrasta atrás de si a heterogeneidade da população urbana. Já nem falaremos em um desenvolvimento ulterior que também se tornou remarcável na associação entre ‘cidade’ e ‘cultura’, o qual nasceu da necessidade de ensinar a alguns dos citadinos uma série de ofícios especializados, de adestrar a outros na prática administrativa e no suporte do poder estatal, e de transmitir a um terceiro grupo ensinamentos e práticas sacerdotais. Com isto, a cidade tornar-se-ia também o ‘lugar do ensino’, e mais tarde o lugar das academias e das universidades.

É claro que, se operacionalizarmos um conceito mais amplo de cultura, que inclui a oralidade como um meio igualmente legítimo de difusão cultural, a cidade poderá ser enquadrada, quando muito, como o “lugar da cultura escrita”. E ainda este posto será questionado se lembrarmos que alguns mosteiros medievais, mesmo quando isolados em uma vastidão rural, também se apresentaram a seu tempo como ‘lugares da cultura escrita’ por excelência. Mas também a Cidade mostra-se como a sede de uma cultura material específica. Sinais, placas de trânsito, bancas de jornal, postes, viadutos, arranha-céus – são estes os artefatos da cidade moderna, da mesma forma que a cidade antiga ou a cidade medieval teriam os seus próprios artefatos urbanos, tornando-se também a sede de uma cultura material singular. As muralhas e as ‘portas da cidade’, com suas inscrições peculiares (“o ar da cidade liberta” era, por exemplo, a inscrição típica das cidades hanseáticas) – são estes alguns dos artefatos urbanos medievais que repercutem mesmo para além de sua permanência concreta dentro de uma temporalidade específica, visto que algumas muralhas depois extintas continuam a ditar ainda hoje o traçado das ruas de cidades que avançaram para a modernidade, e que ainda hoje se fala simbolicamente em entregar a alguma pessoa ilustre a “chave da cidade”.

Irá se notar que alguns dos artefatos urbanos mais típicos remetem via de regra aos mecanismos de intercâmbio, de intermediação, de circulação. O semáforo medeia o tráfego, a banca de revistas põe a circular informação, o poste distribui a eletricidade por uma miríade de consumidores, o arranha-céu superpõe no mais estreito espaço físico uma diversidade de funções comerciais e de residências. A porta da cidade medieval regula a entrada e a saída de víveres e homens – e enquanto as muralhas convidam os últimos a manterem-se à distância, as

inscrições os convidam a entrar. A natureza dos artefatos urbanos denuncia, pelo menos a partir de determinada época, a mudança permanente e o intercâmbio.

Uma das metáforas mais tentadoras para aqueles que se acercam do estudo das formações urbanas corresponde à imagem do “ímã”. A cidade é efetivamente um pólo de atração, não apenas com relação aos já abordados aspectos das trocas econômicas e migratórias, mas também naquilo que faz da cidade um lugar das trocas culturais. Criadoras de moda, muitas cidades costumam difundir padrões de comportamentos e fomentar intercâmbios diversos. Constituem-se não raro em ‘pontos de encontro de civilizações’, e por isso nem sempre pertencem apenas aos seus habitantes, tornando-se também um pouco possuídas pelos estrangeiros⁴. É oportuno acrescentar, por fim, que sob determinadas circunstâncias a cidade converte-se em ‘espetáculo’. Não apenas como um palco para os diversos atores sociais – que de resto afluem para ela constantemente – mas também para os poderes estatais e municipais, que atuam tanto por meio dos monumentos e obras administrativas visíveis como por meio das cerimônias e cotejos públicos dos seus governantes. Espectáculo, por fim, para a atuação do homem comum, tornado simultaneamente ator e espectador.

UMA CULTURA E UMA PSICOLOGIA ESPECÍFICAS?

Aberto este leque de possibilidades concernentes à dimensão cultural das formações urbanas, contentaremos-nos em voltar à questão inicial: terá a cidade uma cultura específica? Três outros questionamentos devem orientar, neste caso, a discussão. (1) Existirão *variações diacrônicas* que perpassam a ‘cultura da cidade’, diferenciando uma mesma formação urbana nos seus diferentes momentos históricos? (2) Existirão *variações sincrônicas* que distinguem culturalmente uma cidade de outra de seu tempo? (3) Existirão *nuances culturais* vinculadas à diversidade social (sócio-econômica, étnica e religiosa) interna ao tecido urbano?

Um dos pioneiros na reflexão sobre a cultura urbana foi o sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918), autor de obras que enfrentam o desafio de refletir sobre a modernidade capitalista e seu impacto econômico, cultural e psicológico sobre os seres humanos, como é o caso do ensaio *A Filosofia do Dinheiro* (1907)⁵. Na história da sociologia urbana, foi com Simmel que pela primeira vez alguém se arriscou, de forma mais direta e sistemática, a tentar elaborar uma ‘caracterologia do homem da metrópole’, com todas as limitações que uma

⁴Uma referência sobre a ênfase no papel da cidade como “mediadora cultural” encontra-se em PERROT, 1975.

⁵ Os interesses de estudo de Simmel sempre foram muito diversificados, desde a sua tese de 1881 sobre *A natureza da matéria física segundo a monadologia de Kant*. Entre a sua diversidade de interesses, pode-se indicar a filosofia – abrangendo análises de autores como Kant, Nietzsche e Schopenhauer – a arte, voltada para trabalhos mais gerais sobre o fenômeno artístico ou mais específicos como a pintura de Rembrandt, ou a psicologia da moda, para além dos estudos que se referem mais especificamente à modernidade capitalista e à caracteriologia urbana.

empresa com este nível de generalização costuma acarretar (SIMMEL, 1902)⁶. Depois de estabelecer um vínculo entre a economia monetária e a atitude intelectualista do homem urbano, que o leva a uma orientação pragmática no tratamento dos homens e das coisas” (SIMMEL, 1902, p.448), este sociólogo alemão é levado a destacar no homem citadino o traço fundamental da ‘indiferença’ para com o seu semelhante, ao mesmo tempo em que este mesmo homem citadino vive sob o signo de uma elevada “mobilidade social”.

A partir de Simmel, diversos estudiosos do psiquismo citadino passaram a considerar a “mobilidade psíquica” como o “principal fator característico da estrutura socio-psicológica urbana” (SOROKIN e ZIMMERMAN, 1929, p.9). Devido à imensa multiplicidade e variedade de relações sociais a que está sujeito o homem metropolitano, produzir-se-ia nele um “alto grau de excitabilidade” que, não obstante, geraria por um lado a “indiferença” antes estudada por Simmel, e por outro lado o fenômeno do “homem heterodirigido” solicitado pelas necessidades generalizadas que são canalizadas pelos meios de comunicação de massas. Com respeito à “mobilidade psíquica” característica do homem citadino, Sorokin é autor da conhecida metáfora que compara a estrutura social rural à água parada contida em um recipiente frio, e a estrutura social urbana ao movimento da água em ebulição. Esta metáfora introduz-nos em um novo parâmetro de análise. Normalmente, habituamo-nos pensar o homem urbano por contraste com o homem rural. Louis Wirth (1897-1950) – sociólogo americano e um dos membros mais destacados da célebre Escola de Chicago – já fizera notar, em seu famoso artigo “O Urbanismo como modo de vida” (1938), a oportunidade deste tratamento comparativo:

A cidade e o campo podem ser considerados como dois pólos de referência mútua pelos quais todos os agregados humanos tendem a ordenar-se. Considerando a sociedade urbano-industrial e a rural-camponesa como tipos ideais de comunidades, podemos criar um ponto de vista para a análise dos modelos fundamentais de associações humanas, tal como aparecem nas sociedades contemporâneas (WIRTH, 1938, p.1-24).

É também a partir desta dicotomia, embora tratada inteiramente dentro do campo da psicologia, que o político e pensador alemão Willy Helpach (1877-1955) constrói a sua caracterologia do homem metropolitano, traçando um paralelo entre as ‘formas de urbanidade’ e as ‘formas de cultura rural’:

O homem da cidade, diferentemente do habitante da pequena cidade ou da aldeia, vive num ritmo acelerado em todos os setores da vida, deve utilizar todos os instantes, controlar todos os minutos, compreender, decidir, modificar as decisões com extrema rapidez, sem o que, não chegaria ao fim do seu dia (HELLPACH, 1966, p.125).

⁶ O artigo “Metrópole e Vida Mental” (“Die Grosstädt und das Geistesleben”), publicado em 1902 no *Anuário de Gehestifung*), passa por ser o primeiro estudo sobre psicologia urbana. O artigo também foi incluído na coletânea italiana de estudos urbanos organizada por G. F. ELIA (1971).

Mesmo Marx e Engels já haviam analisado com alguma profundidade a produção destas duas realidades dicotomizadas (cidade e campo) como um processo alienante, que derivaria a princípio da divisão social do trabalho. Desta forma, “a oposição entre cidade e campo é a mais crassa expressão da submissão do indivíduo à divisão do trabalho, sob determinada atividade que lhe é imposta: subsunção que limita um ao estado animal urbano, o outro ao de animal rural, e renova quotidianamente o dissídio entre os seus interesses” (MARX e ENGELS, 1000, p.78). O próprio Friedrich Engels (1820-1895) – ao descrever a cidade de Londres e estender suas reflexões às grandes metrópoles, de modo geral⁷ – é autor de um quadro alarmante da psicologia do cidadão moderno, que já se antecipava mesmo a Simmel na identificação da “indiferença” como um traço essencial da psicologia do metropolitano moderno:

Entretanto, essas pessoas se cruzam como se nada tivessem em comum, como se nada tivessem a realizar uma com a outra e entre elas só existisse o tácito acordo pelo qual cada um só utiliza uma parte do passeio para que as duas correntes de multidão que caminham em direções opostas não impeçam seu movimento mútuo – e ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar. Essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno do seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado, e mesmo que saibamos que esse isolamento do indivíduo, esse mesquinho egoísmo, constitui em toda parte o princípio fundamental da nossa sociedade moderna, em lugar nenhum ele se manifesta de modo tão imprudente e claro como na confusão da grande cidade. A desagregação da humanidade em mônadas, cada qual com um princípio de vida particular e com um objetivo igualmente particular, essa atomização do mundo, é aqui levada às suas extremas consequências (ENGELS, 2010, p.69)⁸.

Cada vez mais este quadro – redesenhado por Engels como “uma guerra social” no seu notório ensaio sobre *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1844) – mostra-se realista em relação às cidades modernas, sobretudo nas metrópoles mais populosas. Se a descrição proposta por Engels era válida para as grandes cidades inglesas de fins meados do século XIX, ainda mais nas cidades do século XX e XXI, mesmo nas formações urbanas hoje consideradas de médio porte, esta descrição revela surpreendente atualidade⁹. Seria a hora,

⁷ Diz Engels, a certa altura: “O que é verdadeiro para Londres também é para Manchester, Birmingham e Leeds – é verdadeiro para todas as grandes cidades” (ENGELS, 2010, p.68).

⁸ Willy Hellpach, por outro lado, também descreve os modernos metropolitanos como “tão próximos exteriormente e tão afastados interiormente” (HELLPACH, 1966, p.126-137).

⁹ Em sua descrição do meio londrino – e do ambiente urbano em geral – Engels vale-se do recurso de contrastar com o caos urbano e a barbárie da indiferença, um elogio inicial da imponente arquitetura londrina: “Não conheço nada mais imponente que a vista oferecida pelo Tamisa, quando se sobe o rio, do mar até a ponte de Londres. A massa constituída pelo casario, os estaleiros em ambos os lados, sobretudo acima de Woolwich, os incontáveis navios dispostos ao longo das duas margens, apertando-se sempre mais uns contra os outros a ponto de só deixarem livre uma estreita passagem no meio do rio, na qual se cruzam velozmente centenas de barcos a vapor – tudo isso é tão extraordinário, tão formidável, que nos sentimos atordoados com a grandeza da Inglaterra antes mesmo de pisarmos em solo inglês” (ENGELS, op.cit, p.67). Mais adiante, contudo, vem a leitura implacável da barbárie moderna: “Em todas as partes, indiferença bárbara e grosseiro egoísmo de um lado e, de outro, miséria indescritível; em todas as partes, a guerra social: a casa de cada um em estado de sítio; por todos os lados, pilhagem recíproca sob a proteção da lei, e tudo isso tão despudorada e abertamente que ficamos assombrados diante das consequências das nossas

contudo, de perguntarmos: valerá um quadro como este para todos os tipos de formações urbanas, e para todos os períodos históricos? Ou teriam outros períodos históricos revelado modelos diversificados para a cultura urbana – com a Cidade Antiga, a Cidade Medieval ou a Cidade do início da modernidade apresentado cada qual uma caracterologia própria para o seu cidadão? A importância desta pergunta está mais no questionamento levantado do que nas possíveis respostas, pois ela significa perguntar se as cidades modernas terão de ser sempre assim, ou se um dia poderá ser superado um padrão de comportamento urbano que nem sempre tem sido examinado de maneira muito otimista.

A HISTORICIDADE DOS TIPOS CIDADINOS

Alguns historiadores têm se empenhado na direção de definir uma caracterologia do cidadão de outros períodos históricos, tal como Simmel ou Wirth se esforçaram em fazer com relação ao cidadão moderno. Por ora, citaremos apenas o artigo de Jacques Rossiaud, intitulado “O Cidadão e a vida na Cidade” (ROSSIAUD, 1989, p.100), no qual ele destaca três características essenciais do cidadão medieval. Em primeiro lugar, a *convivência obrigatória* imposta a todos os cidadãos, que gera normas de convivência desconhecidas na aldeia. Em segundo lugar, o *uso diário do dinheiro*. Por fim, pelo menos para um setor importante de população urbana medieval, a produção de uma *abertura obrigatória ao mundo* (ROSSIAUD, 1989, p.100).

Pode-se notar que, embora Rossiaud afirme acertadamente que “cada período da história tem o seu tipo de cidadão” (1989, p.100), o conjunto destas características não contrasta radicalmente com a ‘convivência obrigatória’ assinalada por Simmel e Engels para a cidade moderna, embora neste último caso seja uma convivência obrigatória que sofre o insuportável paradoxo de uma *indiferença* potencializada; da mesma forma, o ‘uso diário do dinheiro’ que se prefigura no cidadão medieval de Rossiaud, e que teria sido uma novidade para o homem feudal, já foi assimilado ao infinito nas cidades modernas; e, por fim, a ‘abertura obrigatória para o mundo’ já não é mais apanágio de um setor de cidadãos medievais, mas uma dimensão inseparável da vida de *todos* os cidadãos contemporâneos aos poderosos meios de comunicação de massa, tal como se verifica no “homem heterodirigido” de Sorokin e Zimmerman.

Com relação ao cidadão de períodos anteriores, como a Idade Média ou a Antiguidade, é preciso buscar também contrastes em relação ao habitante das cidades contemporâneas. Por ora, fiquemos com a observação de que este “individualismo” do cidadão moderno, que tanto alarme traz a alguns dos estudiosos da cidade contemporânea, não pode ser integralmente importado para as cidades pré-modernas. Já vimos que João de Salisbury, parisiense da Idade Média,

condições sociais, aqui apresentadas sem véus, e permanecemos espantados com o fato de este mundo enlouquecido ainda continuar funcionando” (ENGELS, 2010, p.68-69).

clamava no seu *Policraticus* por cidadãos que ocupassem a sua função orgânica no corpo cidadão. E não seria demais citar Xenofontes para a Atenas da Antigüidade, na sua opinião de que a experiência da vida de cidadão consistia fundamentalmente em “participar juntos das cerimônias ... do culto, dançar nos mesmos coros, freqüentar as mesmas escolas, servir nas mesmas fileiras”¹⁰. Ou, para utilizar uma feliz expressão de Nicole Loraux, “o hábito da comunidade” (LORAUX, 1994, p.341).

Já nem nos interrogaremos, por hora, acerca da caracterologia do homem cidadão em formações urbanas típicas de sociedades diferenciadas da civilização ocidental. Que poderia ser dito, por exemplo, acerca da caracterologia geral do habitante de uma metrópole da Índia moderna, ou de uma cidade do seu interior? Da mesma forma, quão diferentes se mostram as cidades ocidentais da Idade Média das cidades islâmicas do mesmo período – estas privadas a princípio de instituições propriamente municipais, de autonomia de decisão política, ou até das organizações corporativas que no Ocidente consolidariam a soberania urbana. Tudo isto repercute, de uma maneira ou de outra, na disposição aparentemente desordenada de suas ruelas e na escassez de praças e espaços abertos, tendendo a valorizar a importância da célula familiar – o que não exclui, por outro lado, uma organização efetiva devido à presença da mesquita ou do bazar, onde os *suk* e as residências ordenam-se principalmente como espaços internos ligados por ruelas (PLANHOL, 1968, p.49).

Resta por fim o último questionamento ao qual vinculávamos a investigação sobre uma “cultura da cidade”. Que constelação de subculturas deve ser considerada sob esta aparente cultura mais ampla que buscam os caracteriólogos do homem cidadão? Grupos étnicos, grupos etários, grupos religiosos, partidos políticos, associações profissionais, agrupamentos de imigrantes inseridos dentro de uma grande metrópole – cada um destes focos de atuação coletiva é certamente co-produtor de padrões de comportamento. Por conseguinte – se definimos cultura como um conjunto de comportamentos e atitudes geradores de um modo de vida específico – são também definidores de cultura e de subculturas urbanas. A eles poderiam ser acrescentados ainda os diversificados padrões familiares, sem falar nos níveis sociais que, tal como já se viu, expressam de maneira mais ou menos clara a sua diversidade, mormente quando enquadrados em espaços segregados pela própria distribuição imobiliária. É em vista desta diversidade, oculta sob o tecido cultural mais aparente, que diversos autores criticaram os propósitos generalizadores de Simmel e Wirth – lembrando que o último, ao definir a cidade a partir de três variáveis independentes (extensão, densidade, heterogeneidade), também estabelecia que a partir da junção destes três fatores se produzia uma nova variável independente: a “personalidade do homem

¹⁰ A passagem, extraída dos *Helênicos* de XENOFONTE (II, 4, 20), é citada por LORAUX, 1994, p.341.

metropolitano”. Talvez para contrabalançar este esforço generalizador, o próprio Wirth se propõe a estudar *O Ghetto* em uma outra obra (WIRTH, 1928).

As suas investigações levam-no a tomar consciência de que diversos subsetores da cidade de Chicago eram habitados por grupos relativamente homogêneos. Estes partilhavam um *background* cultural comum e uma vida social intensa dentro do seu setor cultural, ao mesmo tempo em que os contatos com o resto da cidade eram relativamente limitados e formais. Os limites do estudo de Wirth sobre o *Ghetto* devem ser associados à sua opção de se concentrar basicamente em enclaves de imigrantes recentes do estrangeiro. Desta forma, verificou que freqüentemente os filhos de imigrantes adotavam tão logo quanto possível o idioma e o comportamento americanos, abandonando cedo ou tarde o subsetor paterno. Até o final da década de 20, devido a especificidades das leis de imigração americanas que só produzem efeitos mais restritivos posteriormente a este período, os que deserdavam do Ghetto eram logo substituídos por imigrantes recentes do mesmo país de origem. Assim, estes ghettos muito específicos acabavam desempenhando a função de familiarizar os imigrantes com os modos de vida e hábitos americanos – e foram encarados por Wirth como uma espécie de centros de treinamento para que os recém-chegados se familiarizassem com a cultura urbana predominante.

Escaparam à análise wirthiana outros *ghettos* muito mais estáveis e formadores de uma subcultura específica, como certos enclaves de brancos americanos de classe operária (MORRIS, 1972, p.30). Desta forma, uma teoria mais elaborada acerca do modo de vida urbano requer o reconhecimento de grupos primários que são efetivamente parte integrante da vida urbana, e não meros remanescentes culturais em desintegração ou subculturas de transição. Tal percepção será também imprescindível para historiadores que examinem cidades especialmente marcadas por enclaves culturais de diversos tipos – e as cidades medievais nos oferecem, a este propósito, exemplos diversos. Veja-se por exemplo a Constantinopla Bizantina, com seus bairros próprios para mercadores genoveses e venezianos ...

O desenvolvimento das disciplinas semióticas na segunda metade do século XX, abordando os vários comportamentos culturais como sistemas de comunicação, permitem um último enfoque. Umberto Eco (1968) já reconhecia que os próprios sistemas de medição do espaço e do tempo influem no modo como percebemos a realidade. É no limite deste entendimento que Jacques Le Goff desenvolve o seu notável texto “O Tempo da Igreja e o Tempo dos Mercadores” (1995). Mesmo Mikhail Bakhtin, em seu estudo sobre a *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento* (1965), ao reconhecer como um código de comunicação específico o Realismo Grotesco que se desenvolvia em paralelo a uma “cultura oficial”, não está longe desta perspectiva que associa comportamento cultural e sistema de comunicação.

Da mesma forma, observa-se que os sistemas de comunicação fornecem elementos válidos para o conhecimento da estrutura social urbana. Esta é a tese de Meier em *A communication theory of urban growth*. (1962). Através da observação do comportamento do homem metropolitano do ponto de vista da quantidade e qualidade de informação no plano econômico, ecológico, psicológico, social, o autor verifica que o elemento comum do universo examinado, ainda que na diversidade de perspectiva das disciplinas particulares, é a *comunicação humana*. Desta forma, os processos de comunicação e troca quer ao nível econômico de relações de mercado, quer ao nível de transmissão de modelos de comportamento, revelam-se indicadores válidos para a formulação de uma teoria sobre o desenvolvimento humano. Nesta perspectiva, a cidade é encarada como um sistema de trocas interacionais necessárias ao homem para se manter em comunicação com os outros. A Cidade, enfim, emerge na sua característica mais saliente: ‘lugar de trocas’, seja no plano mercadológico ou, sobretudo, no plano cultural.

O IMAGINÁRIO CIDADINO

Um último ponto importante a ser considerado quando se examina as relações entre Cidade e Cultura refere-se à questão do Imaginário. Dois aspectos aparecem aqui discriminados. Por um lado, a Cidade é representação. Por outro lado, a Cidade gera representações de si mesma. A Cidade é ‘representação’ já no próprio ‘plano urbano’ que a prefigura, ou mesmo naquele que registra em um momento posterior a sua forma desenvolvida. Quando o plano original da cidade é concebido por um homem ou grupo de homens específicos – parece ficar mais claro que estes trazem para o traçado urbano a sua própria visão de mundo e o universo cultural no qual se acham mergulhados. Mas da mesma maneira, quando se produz um ‘plano espontâneo’, por contraditória que seja esta expressão, cada novo habitante contribui de maneira microscópica para um traçado que na sua totalidade e no seu conjunto de detalhes revelará também uma concepção geral do mundo. O tijolo que se acrescenta e a estrada que se força a aparecer por entre um grupo de árvores, nada disto é rigorosamente gratuito. A cidade, tal como já se assinalou alhures, é também obra coletiva.

A Cidade deve ser examinada, adicionalmente, na perspectiva de sua construção na imaginação do próprio cidadão. Como representa o homem citadino a cidade – seja a cidade em geral ou a sua cidade em especial – a si mesmo? Já nem falaremos da representação da cidade nas obras de arte e nas ilustrações em geral, o que por sinal também tem sido estudado por alguns autores, mas da cidade na imaginação cotidiana do homem comum. Este é o objeto de estudo de Kevin Lynch, em *A Imagem da Cidade* (1960) [1994, p.1-15]. Contribuições fundamentais para uma teoria da ‘imaginação cidadina’ são apresentadas já no primeiro capítulo,

onde se destaca a elaboração das noções de “imaginabilidade”¹¹ e “legibilidade”. “A imaginabilidade é a qualidade física que confere a cada objeto uma elevada probabilidade de evocar em cada momento uma imagem vigorosa” (LYNCH, 1994, p.31). A “legibilidade” depende da capacidade perceptiva de cada cidadão – e só seria plena para um tipo idealizado de habitante citadino que se apresenta como o portador dos valores culturais mais avançados, o único capaz de interpretar plenamente a nova realidade surgida. A obra de Lynch está calcada no exemplo de três modernas cidades americanas, mas a elaboração do enfoque da ‘imaginação sobre a cidade’, discutido teoricamente no capítulo inicial e em outras partes do livro, deve ser vista como uma contribuição importante para o estudo das cidades em geral

Por outro lado, a Lynch também oferece um modelo metodológico para a investigação da imaginação das formas urbanas. Ao examinar o conjunto das imagens que os cidadãos elaboravam das cidades em que moravam, o estudioso americano concluiu que pelo menos cinco elementos sempre apareciam nas representações mentais analisadas. Não são apenas elementos referentes ao espaço físico, mas também às práticas sociais e comportamentos integrados a este espaço. Vale a pena pormenorizar cada um destes tipos de elementos, pois constituem um excelente instrumento para a reconstituição da forma imaginada. Os “caminhos” (*path*) corresponderiam aos vários trajetos que o observador associa à imagem dos lugares. Podem ser relacionados a quaisquer tipos de canais de circulação, como ruas, becos, trilhos, e também atalhos que rompem o sistema viário convencional. Por meio destes trajetos, a imaginação citadina perceberia precisamente as informações morfológicas passíveis de serem integradas em um processo de memorização. Os caminhos representados mentalmente selecionam seqüências de aspectos morfológicos e de marcos que nutrem a percepção dos trajetos citadinos. São percebidos em termos de pontos de origem e destino, mas também de texturas de superfícies (o asfalto das avenidas ou os trechos de terra escavada que se inscrevem no declive de um pequeno morro que é utilizado para cortar caminho).

Os “bairros” (*districts*) corresponderiam a porções ou partes da cidade, de tamanhos variados, que na estrutura da imagem citadina são percebidos pelo seu imaginador como zonas temáticas, ou como conjuntos morfológicos dotados de suficiente clareza e coerência para aqueles que o concebem imaginativamente. Deste modo, os bairros são diferenciados uns dos outros na imaginação dos cidadãos, aparecendo como individualidades nesta partição mental, pois correspondem a uma coerência temática que abrange tanto aspectos morfológicos como atividades e significados específicos. As relações de um bairro com outros ou com a totalidade do contexto urbano podem ser diversificadas, indo dos bairros *introvertidos* que se voltam para dentro e que apresentam referências diluídas em relação à totalidade urbana que os envolvem,

¹¹ “Figurabilidade” na tradução portuguesa.

até os extremamente conectados com os elementos circundantes. Da mesma maneira, do ponto de vista físico um bairro pode se apresentar como independente ou compor um *mosaico* por justaposição a outros bairros associados.

Os “limites” ou “bordas” referem-se às rupturas entre dois bairros ou às fronteiras dos bairros limites com o seu entorno, correspondendo a referências laterais entre territórios que são mediados ou por barreiras ou por costuras. Neste sentido, podem corresponder tanto a barreiras ou costuras naturais – como morros, rios e praias – com aspectos edificados (ruas, canais, muros). Os limites contribuem para estratificar ou até segregar zonas urbanas, ocasionalmente estabelecendo dificuldades para a transposição de um ponto a outro. Os “pontos focais” seriam relacionados ao movimento e circulação, uma vez que na imaginação cidadina a eles se vai ou deles se chega, funcionando como confluências temáticas que podem se referir tanto a aspectos físicos como funcionais. Os pontos focais alteram-se de acordo com a escala de observação ou de análise. Um bairro, por exemplo, pode ser ponto focal de uma cidade (o centro de negócios de uma metrópole, ou um centro turístico). Uma avenida ou uma grande praça pode ser o ponto focal de um bairro. Em virtude de seu papel na circulação urbana, os pontos focais habitualmente correspondem a interseções de caminhos.

Os “marcos visuais” (*landmarks*), por fim, constituiriam pontos de referência externa ao observador. Se os “pontos focais” se apresentam como lugares que permitem ou até exigem a penetração do observador, já os “marcos visuais” são elementos impenetráveis pela trajetória imaginativa, funcionando apenas como pontuadores desta trajetória. Os marcos visuais seriam ‘chaves de identidade’ para a construção mental da forma urbana, permitindo precisamente a leitura e orientação da estrutura espacial. Apenas para dar um exemplo, as duas torres gêmeas da Cidade de Nova York constituíam um poderoso marco visual até antes do atentado de setembro de 2001. Com a sua destruição, a imaginação urbana do novayorkino se viu seriamente abalada com a impressão de uma perda de identidade.

A característica do marco visual é a sua singularidade e o seu contraste em relação àquilo que o cerca. É o caso, por exemplo, do morro do Pão de Açúcar ou do Corcovado na cidade do Rio de Janeiro. Também pode ocorrer que um marco visual esteja inserido no interior de uma série de outros. Em um caso, o marco visual opera como uma referência que simboliza uma direção constante. Em outro caso, os marcos visuais são pontuadores graduais do caminho imaginativo. Vale ainda observar que um marco visual pode estar associado a um ponto focal, pontuando visualmente um lugar de interseção entre dois ou mais caminhos, como ocorre com os grandes monumentos postados em praças públicas. Este é apenas um exemplo de como os elementos propostos por Lynch devem ser examinados como partes integrantes de um sistema, observando-se as suas relações recíprocas.

Como um último aspecto relativo à imaginação cidadina, vale ressaltar que esta deve ser passível, por outro lado, de historicização, de percepção de suas transformações através do tempo. Esta última preocupação vincula-se ao trabalho de P. Sica em *L'immagine della città da Sparta a Las Vegas* (1970). Ao estudar a imagem da cidade através de exemplos históricos específicos, o autor procura situar esta imagem na relação entre realidade, pensamento teórico e imaginação popular, bem como na oscilação entre cidade real e cidade sonhada. A noção de 'legibilidade' desenvolvida pelos estudiosos que enfocaram a imagem da cidade vem de encontro a outras abordagens igualmente significativas. Já se destacou diversas vezes, particularmente no campo da aplicação da perspectiva semiótica aos estudos urbanos, que a Cidade também é 'texto'. Vale dizer, a cidade pode ser lida e decifrada como se decifra um texto. Registro das atitudes de uma sociedade perante os fatos mais elementares de sua existência, a leitura do texto urbano pode permitir um acesso até mesmo aos domínios mais abstratos da filosofia.

Apenas para citar um exemplo, é Panófsky (1892-1968) quem detecta uma analogia formal entre a *summa* da escolástica medieval e as catedrais do mesmo período – ambos conjuntos inteligíveis compostos segundo métodos idênticos e caracterizados, além disto, pela rigorosa separação das partes, pela clareza explícita das hierarquias formais e pela conciliação harmônica dos contrários (PANOFSKY, 1957). É um mesmo estilo de imaginação, poderíamos acrescentar, que está por trás do 'texto escolástico' e do 'texto gótico' que se expressa através destes sofisticados artefatos urbanos que são as catedrais do período medieval. O próprio Erwin Panófsky é fundador do famoso "método iconológico", destinado a captar os vários níveis de uma representação iconográfica¹². O último dos níveis previstos pelo autor, a "camada iconológica", é precisamente "este conteúdo último e essencial que está na base de todas as manifestações da arte, 'a auto-revelação involuntária e inconsciente de um posicionamento fundamental no mundo'" (CALABRESE, 1987, p.40). Ora, considerando o conceito da Cidade como "obra de arte coletiva", e as próprias investigações de Panófsky sobre as relações entre a arquitetura gótica e uma visão de mundo que lhe corresponderia, um tratamento similar ao "método iconológico" pode ser aplicado para a compreensão das motivações primordiais que produzem a cidade na sua representação e na sua concretização arquitetônica. Isto posto, é necessário compreender que a planificação e a concretização arquitetônica correspondem a registros de linguagem distintos da pintura. De resto, o "método iconológico" pode ser aplicado com eficácia também na análise das representações iconográficas de cidades.

Quanto às cidades imaginárias, constituem estas o último desdobramento do fator 'imaginário' na constituição da totalidade urbana. Seu mais explícito produto corresponde à

¹² As obras mais notáveis de Panofsky nessa linha são os *Estudos em Iconologia* (1939) e *Significado das Artes* (1955).

construção mental e discursiva de ‘cidades utópicas’, prática que aparece desde a Antigüidade, em obras como *A República* de Platão, e que atravessa a Idade Média e o Renascimento nas idealizações de autores como Johann Andreae (*Cristianópolis*), Thomas Morus (*Amaurote*) e Campanella (*Cidade do Sol*), e que finalmente atinge a modernidade tanto na imaginação literária como nas próprias idealizações dos urbanistas contemporâneos. Mas este já seria um outro capítulo na história e na sociologia urbanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALABRESE, Omar. **A Linguagem da Arte**, Rio de Janeiro, Editora: Globo, 1987.
- BAKHTIN, Mikhail. *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec, 1987 [original: 1965].
- ECO, Umberto. **A estrutura ausente**, São Paulo: perspectiva, 2000.
- ENGELS, Friedrich **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010 [original: 1844].
- HELLPACH, W. **L'uomo della metropoli**, Milão: 1966.
- LE GOFF, Jacques. “Na Idade Média: tempo da Igreja e o tempo do mercador” In: *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p.43-73.
- LORAUX, **A Invenção de Atenas**. Rio de Janeiro: ed. 34, 1994.
- LYNCH, Kelvin. **A Imagem da Cidade**, São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MEIER. **A communication theory of urban growth**, Cambridge: 1962.
- MORRIS, R. N. **Sociologia Urbana**, Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.30.
- PANÓFSKY, Erwin. **Gothic Architecture and Scholasticism**, New York: Meridian Books, 1957.
- PANOFKY, Erwin. **Studies in iconology**, New York: Oxford University Press, 1939.
- PANOFKY, Erwin. **Significado das Artes Visuais**, São Paulo: Perspectiva, 1976.
- PARK, BURGESS e MCKENZIE. *The City*. Chicago: University of Chicago Press, 1925.
- PERROT, J. C. **Genèse d'une ville moderne: Caen au XVIII siècle**, Paris - La Haye: Mouton, 1975.

- PLANHOL, X de. **Les fondements géographiques de l'histoire de l'Islam**, Paris: Flammarion, 1968.
- RONCAYOLO, Marcel. "Cidade" In **Enciclopedia Einaudi**. v.8. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986.
- ROSSIAUD, Jacques. "O Cidadino e a Vida na Cidade" In Jacques LE GOFF, (org.), *O Homem Medieval*, Lisboa: Presença, 1989, p.99-122.
- SICA, P. **L'immagine della città da Sparta a Las Vegas**, Bari: Laterza, 1970.
- SIMMEL, Georg. "Metropoli e personalità" In G. F. ELIA, *Sociologia Urbana*, Milão: 1971.
- SIMMEL, Georg. **Filosofia do Dinheiro e outros ensaios**. Lisboa: Texto e Grafia, 2009 [original: 1907]
- SOROKIN, P. e ZIMMERMAN, C. **Rural-Urban Sociology**. New York: 1929.
- WIRTH, Louis. "The urbanism as a way of life" In **American Journal of Sociology**. vol.44. 1938. p.1-24.
- WIRTH, Louis. *The Ghetto*, Chicago: Chicago University Press, 1928.

